

**GT 21 Educação e Relação Étnica Racial****O PENSAMENTO NEGRO NO CENÁRIO EDUCACIONAL: RELAÇÕES COM AS  
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO**

Anália de Jesus Moreira (CFP/UFRB)

Maria Cecília de Paula Silva (FACED/UFBA)

**1 INTRODUÇÃO**

*Fiz o que minha pequenez permitiu:  
Descobri o vasto mundo das palavras  
Afoguei-me nas eternas emoções do brincar  
E pra sempre aprendi que as palavras  
Carregam ilusão.<sup>1</sup>  
(Jônatas Conceição<sup>2</sup>)*

Discorrer sobre o pensamento negro no cenário educativo e educacional torna imperativa uma breve revisão no passado do movimento negro para que se compreenda a sua proatividade intelectual.

A educação foi assumida pelos movimentos sociais historicamente como uma de suas bandeiras de lutas importantes. São estes movimentos que, imbuídos de novos pensamentos, tentam nos espaços formais e não formais acrescentar novas práticas à educação contrapondo formatos, modelos e políticas arraigadas no neoliberalismo econômico. Assumiram assim a fonte de denúncias e ações contra o sistema excludente e suas contradições, especialmente no âmbito escolar.

Conceituamos movimentos sociais a partir do “agir comunicativo” (HABERMAS, 2003, p. 165) “[...] quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e

<sup>1</sup> Trecho do poema Ginásio publicado no livro Quilombos de palavras, a literatura dos afro-descendentes, organizado por Jônatas Conceição e Lindinalva Barbosa, publicado no ano de 2000 pelo CEAO/UFBA.

<sup>2</sup> Importante ativista negro baiano, criador do Projeto de Extensão Pedagógica do Ilê Aiyê, falecido em 2009.

de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas”. Por este caminho nos aproximamos de Gomes (1997, p.20) para quem a contribuição do povo negro parte de “novos olhares e novas ênfases na pesquisa, na teorização e nas propostas de intervenção no nosso sistema educacional”.

A luta objetiva do movimento negro pela educação começou a efetivar-se nas três primeiras décadas após a abolição. Inicialmente no agrupamento recreativo dos “homens de cor”, depois, através da imprensa insurgente, até a organização das primeiras entidades políticas, a partir de 1931, com a fundação da Frente Negra Brasileira.

No âmbito escolar, pontua Gomes, as pressões políticas do movimento negro centram-se no combate as “práticas discriminatórias, embutidas nas relações hierárquicas raciais dentro e fora da escola e na produção de material didático escolar”. Para autora, embora o caráter de denuncia ainda seja forte e necessário, outras dinâmicas estão sendo implementadas como desdobramento do próprio movimento:

Entretanto, o amadurecimento da militância negra foi mostrando que além de denunciar era necessário, também, apresentar propostas, construir práticas alternativas, realizar pesquisas, investir na formação dos professores na luta contra o racismo e contra a discriminação racial na escola brasileira.(p.21).

Silva (2002), afirma que “movimento negro” pode ser analisado a partir de uma visão político-ideológica definida por meio de posições sociais. Para a autora, movimento negro define-se como: “todas as entidades ou indivíduos que lutaram e lutam pela sua liberdade, desenvolvem estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam, reivindicam e desenvolvem ações concretas para a sua conquista dos direitos fundamentais na sociedade”. Desta forma, a autora identifica como contribuição do movimento negro o debate sobre possibilidades emancipatórias na educação formal e não formal:

Identifico como uma das maiores contribuições desse movimento, para o desenvolvimento social do povo negro, a sua luta constante pela conquista na educação, inicialmente como meio de integração à sociedade existente e, depois, denunciando a instituição educacional, como reprodutora de uma educação eurocêntrica, excludente e desarticuladora da identidade étnico-racial e da auto-estima desse povo. (p.140).

O contraponto desta “situação excludente” denunciada pela autora seria a educação paralela colocada nas escolas através do próprio movimento negro a fim de que se reconheça no ambiente escolar e na sociedade os valores civilizatórios da cultura afro-brasileira, assim com a contribuição dos povos negros na construção social e cultural do Brasil. Nesta direção,

é preciso compreender a educação como mediadora de um contexto social que relaciona e reflete seu tempo e contextos ou para se tornar um dos instrumentos de transformação social.

Várias entidades negras serviram e servem como articuladoras de movimentos que lutam por questões emancipatórias como a cultura e a educação. Este artigo trata, portanto, de visibilizar a luta organizada do movimento negro brasileiro e da intelectualidade negra em prol da redução das desigualdades sociais da população afro-descendente, utilizando para isto a denúncia, a consciência política e, sugerindo novas práticas culturais e educacionais.

### **A FRENTE NEGRA: RESISTÊNCIA E NOVOS PENSAMENTOS EDUCACIONAIS**

A Frente Negra Brasileira teve forte presença na Bahia, segundo Silva (2002). Diz a autora, que a “formalização da Frente foi precedida das irmandades e associações beneficentes e operárias”. (p.144). Já, Thales de Azevedo, (1996), citado por Silva(2002), observou que a intenção da Frente era a “integração dos negros à sociedade e não somente o combate ostensivo ao preconceito racial”.

Comenta Silva(2002), que a Frente Negra era “caracterizada como um movimento político de massa, integracionista e de reação à discriminação do negro no mercado de trabalho”. Desta forma, a Frente contabilizava mais de 30 mil filiados em todo o país, ganhando *status* partidário. Assim, em 1937, ao congregar filiados negros e não negros passou a ser chamada de “União Negra”.

Na Bahia, a Frente Negra estabeleceu estratégias de trabalho educativo por meio de conferências e comícios de intelectuais. O fundador da Frente na Bahia, Marcos Rodrigues dos Santos ampliou as ações do movimento, promovendo também a visibilidade para as mulheres negras, instituindo um quadro feminino dentro da própria organização política. Na análise de Silva (2002) a desagregação da Frente Negra na Bahia deve-se a eficiente estratégia do “mito” da democracia racial, da cultura nacional e da mestiçagem elaborados por partidos políticos de representatividade dominante e que foi disseminado através dos meios de comunicação de massa e recursos pedagógicos a exemplo de livros e revistas.

A Frente Negra visava outro combate: mudança na maneira de analisar a problemática do negro na sociedade até então centrado na objetividade fatural e histórica, tendo como base o regime escravocrata e suas seqüelas. Na década de 30, as academias nordestinas, especialmente as câmaras de graduação, realizaram uma série de congressos para abordar questões de afro-descendência. O primeiro deles foi realizado em Recife no ano de 1934 e na Bahia em 1937. Os Congressos afro-brasileiros, segundo Guerreiro Ramos, 1995 e

Nascimento, 1981, citado por Silva (2002, p.145), tinham cunho racista semelhante ao pensamento de Nina Rodrigues: “Nesses congressos o negro era transformado em objeto, em assunto de pesquisa, num mecanismo psicológico compensatório do que julgam ser uma inferioridade”.

O pensamento da Frente Negra de deslocar a suposta inferioridade racial e intelectual dos negros para uma consciência sobre um pacto de dominação branca forjada no mito da democracia racial e da naturalização do fenômeno da escravidão positivou novas investidas no campo político e educacional. Esta estratégia favoreceu outras formas de análise centrada nas denúncias de mecanismos de exclusão social como o racismo institucional, cultural, educativo e epistemológico.

## **O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO: ASPIRAÇÕES EDUCACIONAIS E NOVOS RUMOS PARA O MOVIMENTO NEGRO**

Os fatos históricos construídos dentro do ambiente educacional formal e não formal no Brasil comportam pontuações que ligam o marco do Teatro Experimental do Negro - TEN<sup>3</sup>, de Abdias do Nascimento à luta atual dos movimentos negros.

Uma reflexão sobre **O quilombismo** (NASCIMENTO, 2002) nos fez considerar a obra como fundante no processo de discussão sobre o negro na sociedade, em função de suas abordagens de caráter científico e histórico-social. O pensamento de Abdias do Nascimento favorece a luta por uma nova matriz teórica ao tempo em que apela para a construção de um movimento antirracista.

Quando o autor nos diz que “os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, nas igualdades e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade: uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo” (NASCIMENTO, 2002, p. 262), faz um apelo às novas formas de organização por meio das quais se deve lutar pela mudança das estruturas em voga.

---

<sup>3</sup> O Teatro Experimental do Negro - TEN foi criado em outubro de 1944, no Rio de Janeiro, inicialmente como projeto pedagógico para problematizar as tensões nas relações raciais no Brasil. Atendeu a mais de 600 pessoas com cursos de alfabetização de adultos.

Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviram unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes. Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes de sociedade capitalista de classes. (NASCIMENTO, 2002, p. 262).

Ao estudar o percurso do TEN e suas implicações sociais e políticas, Jeruse Romão (2003) destaca a ambigüidade da perspectiva educacional do movimento que não se ligava, ideologicamente, ao africanismo<sup>4</sup>, embora, inicialmente, tenha assumido uma performatividade afrocentrada<sup>5</sup>. Esclarece Romão que, para o TEN, “a África não era centro de modelo social e, sim, a identidade do negro de origem africana”. Para a autora, isso deu ao TEN não apenas um caráter escolástico, mas, principalmente, uma dimensão de projeto político:

A educação do Teatro Experimental do Negro não encontra relação simplesmente com a escolarização. A educação do Teatro Negro incorporou ao projeto a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção no mercado de trabalho (na medida em que pretendia formar profissionais no campo artístico do teatro): na dimensão da educação educativa e política e, na dimensão política, uma vez que o sentido de ser negro foi colocado na perspectiva da negação da suposta inferioridade natural dos negros (ou da superioridade dos brasileiros). (ROMÃO, 2003, p. 119).

Uma nova história do Movimento Negro começou na década de 70. Para Cardoso (2005), a “intervenção no campo da educação marca o ativismo negro-brasileiro pós-70”. Segundo a autora, a decisão política decorre primariamente de um enfrentamento ao discurso hegemônico na educação brasileira referente às causas e efeitos do fracasso escolar da criança e do jovem negro no sistema público de ensino. Contrapondo o argumento, o movimento negro mostra, em números e situações, que o fracasso escolar se constrói no próprio ambiente escolar por meio das práticas etnocêntricas e preconceito racial.

A estratégia do ativismo negro, observa Cardoso, visou posteriormente reivindicar estudos que articulassem as variáveis cor/raça nas avaliações sobre desempenho escolar, indicando desigualdades no campo sócio-econômico entre negros e não negros. Nas décadas de 80 e 90, afirma Cardoso, dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), descritos nos estudos de Haselbalg (1982) e Silva, (1990), mostraram as discrepâncias sociais e econômicas.

<sup>4</sup> Africanismo - aqui, o termo é usado para traduzir o sentimento de pertença dos negros na diáspora.

<sup>5</sup> Afrocentrada - aqui, o termo se refere às práticas dos negros africanos como sujeitos em encontro com o mundo ocidental, uma espécie de orgulho étnico-racial.

Esses pesquisadores apontam duas tendências nos raros estudos sociológicos da década de 80 que cruzam raça e educação: pretos e pardos obtêm níveis de escolaridade consistentemente inferiores aos dos brancos de mesma origem social; e os retornos à escolaridade adquirida em termos de inserção ocupacional e renda tendem a ser proporcionalmente menores para pretos e pardos do que para brancos. (CARDOSO, p.2).

Por este ângulo, as desigualdades históricas dos negros em relação a brancos foram confirmadas. O racismo como prática negada e normalizada tanto na escola como fora dela saiu do silêncio, ganhou contornos de denúncia e se visibilizou como entrave para a melhoria das condições educacionais, sociais e culturais da população negra.

### **A LUTA ATUAL: AÇÕES AFIRMATIVAS NA ÁREA EDUCACIONAL E A LEI Nº 10.639/03**

A Marcha Zumbi dos Palmares realizada, em 1990, iniciou uma nova luta por um programa de ações do governo brasileiro para superar o racismo e as desigualdades sociais, mas, somente em 1996, Zumbi passou a ser considerado herói da nação, instituindo-se a data 20 de novembro como Dia Nacional de Valorização da Consciência Negra.

Uma série de eventos precedeu o ato corporal de 1990: Encontro Nacional de Militantes Negros, 1984, Uberaba/MG; Seminário O Negro e a Educação, dezembro de 1986/SP; Seminário Educação e Discriminação de Negros, 1987/MG; Encontros Estaduais e Regionais das Entidades Negras, realizados em diversos estados e nas regiões norte-nordeste e sul-sudeste, no final da década de 1980; 1º Encontro Nacional das Entidades Negras.

O compromisso de Durban, em 2001, também chamado de II Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, na África do Sul, promovida pela ONU, é marco dos debates sobre problemas sociais, econômicos e ambientais nos países-membros, entre eles, o Brasil. Após a Conferência, o governo brasileiro iniciou algumas ações em políticas públicas que hoje são efetivadas na área educacional, destacando o programa de cotas nas universidades. Em contraponto, expôs discussões sobre a qualidade da educação recebida pelos estudantes afrodescendentes, principalmente, no ensino básico e no espaço universitário.

A Lei Nº 10.639, promulgada em 09 de janeiro de 2003, surgiu do Projeto de Lei Nº 259 de 1999, de autoria dos deputados Esther Grossi (PT-RS) e Benhur Ferreira (PT-MS), substitutivo do Projeto de Lei do deputado Humberto Costa. A Lei alterou a LDBEN Nº

9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas básicas de todo o país, configurando-se, atualmente, em instigante fonte de debates por colocarem no centro da discussão nossas etnicidades<sup>6</sup>. A proposta é problematizar questões identitárias, como a ancestralidade e a cultura, sugerindo para esses pilares a utilização de novas matrizes teóricas. Isso nos permite pensar que um dos impactos mais evidentes se traduz na proposta da Lei em inspirar outros olhares sobre o processo político-pedagógico, indicando uma virada histórica na relação escola-sociedade:

Se nossa sociedade é plural, étnica e culturalmente, desde os primórdios de sua invenção pela força colonial, só podemos construí-la democraticamente respeitando a diversidade do nosso povo, ou seja, as matrizes étnico-raciais que deram ao Brasil atual sua feição multicolor composta de índios, negros, orientais, brancos e mestiços. (MUNANGA, 2005,p. 17-18).

Acreditamos ser a escolarização uma forma cultural interrelacionada com as configurações de ideologia, classes, raça e gênero. Nossa análise se fundamenta, ainda, na concepção de cultura como “prática de significação”. Dessa forma, são os seres humanos “interpretativos, instituídos de sentidos” e a cultura resultante de produções das ações sociais, sendo a ação humana “interpretativa e integrativa” (HALL, 1997).

### **O ILÊ AYIÊ: ARTICULAÇÕES PARA A LEI 10.639/03**

O surgimento da entidade cultural e carnavalesca, Ilê Aiyê, em 1974, segundo Cardoso (2003) pôs em evidência as “subjetividades negras”.

Os jovens negros que fundam o Ilê são oriundos de uma das mais importantes delas – a Escola Parque fundada por Anísio Teixeira. São representativos da mobilidade social experimentada pelos negros nesse contexto de reorganização da economia local e do mercado de trabalho e de expansão da cultura de massa ampliando o acesso aos meios eletrônicos – rádio e televisão e impulsionando a indústria fonográfica na Bahia. (CARDOSO, 2003, p. 45).

É atribuído ao Ilê o surgimento dos primeiros quadros do MNU (Movimento Negro Unificado) de onde saíram algumas cabeças chamadas a colaborar com a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais da Lei Nº 10.639/03. Deveu-se à experiência desses intelectuais em práticas educativas não formais, anteriores à Lei Nº 10.639/03. A lei obriga o

---

<sup>6</sup> etnicidades: termo que abrange pertencimento ancestral e étnico-racial dos negros e outros grupos da nossa sociedade. Outras leituras em Nilma Lino Gomes, 2005.

ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino médio e fundamental.

Nos últimos tempos, o Ilê vem se firmando como atuação educativa: “A partir de 1995 - quando é fundado o Projeto de Extensão pedagógica - o Ilê Aiyê inicia um processo de ensino formal, envolvendo suas experiências educativas às escolas da rede pública e à publicação sistemática da coleção Caderno de Educação”. (CARDOSO, 2003, p. 45). Para sinalizar essa posição contra-hegemônica do Ilê Aiyê, relembremos o cenário do primeiro desfile do bloco nas ruas de Salvador em 1975.

O desfile do Ilê pelas ruas de Salvador, em 1975, foi marcado pela adversidade. Aquelas negras e aqueles negros de roupas coloridas, orgulhosos e brincantes, expunham a provocação num cenário desfavorável àquela ação. O Brasil vivia a pujança da dominação militar e o mito da democracia racial. O carnaval baiano ostentava *status* de evento turístico e a cidade do Salvador, a vocação para a subalternidade capitalista. A opinião pública vivia um momento de grandes tensões: 1) o choque da frustração do milagre econômico (Governo Médici); 2) a crise do petróleo e a recessão mundial que interferiram na economia brasileira; 3) o ápice da repressão militar aos membros de esquerda e sindicatos, marcada, em outubro de 1975, pela morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo. (MOREIRA, A.J, 2008, p. 65).

Criado em 1995, o projeto de Extensão Pedagógica do bloco afro Ilê Aiyê, (PEP), elaborado por intelectuais da própria instituição e do Movimento Negro Unificado, MNU, visou à aproximação com órgãos e entidades, oficiais e não oficiais para uma intervenção nas escolas da rede pública, inicialmente, as unidades localizadas no bairro da Liberdade, periferia de maioria negra em Salvador. A base metodológica do PEP compreende análises dos livros didáticos e a mobilização artístico-cultural dentro das escolas, apoiada por formadores do bloco.

Construir e desenvolver uma pedagogia voltada para a ancestralidade (raízes culturais afro-descendentes em seus fundamentos e influências no Brasil; contribuir para uma pedagogia plural nas escolas públicas privilegiando o patrimônio cultural da maioria da população; difundir os trabalhos sistemáticos do Ilê Aiyê na direção da auto-estima das crianças, jovens e adultos da nossa sociedade. (PEP, p.3)

A forma intervencionista do formato educativo do Ilê Aiyê ganhou resistência dentro da estrutura formal das escolas da Liberdade por visar transformações curriculares e não apenas superficial ou transversal, conforme consta nos objetivos gerais do PEP. A esse respeito e a partir de Gramsci, percebemos uma situação análoga na tradução do objetivo do PEP do Ilê.

Os limites e o domínio da força das coisas são restringidos. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “paciente” de uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais paciente, mas sim, agente e necessariamente ativo e empreendedor. (GRAMSCI, 1981, p. 24).

O que nos diz Gramsci é que se tornou possível no movimento contra-hegemônico a superação de uma situação inferior. Assim ocorre com o Ilê Aiyê. Hoje o Ilê Aiyê sustenta-se em suas bases educacionais, mantendo cursos profissionalizantes, os Cadernos de Educação e a Escola Mãe Hilda, de ensino fundamental, promovendo os objetivos do PEP em seus aparatos pedagógicos.

Os pressupostos do PEP foram apresentados pela primeira vez nos Cadernos de Educação, publicação do Ilê Aiyê em 1996. Segundo a publicação, o PEP deve privilegiar os saberes do estudante negro pilhados de sua tradição cultural e étnica. Outro objetivo é conhecimento geral sobre o continente africano no sentido de busca por um lugar civilizatório do aluno afrodescendente, numa perspectiva pós-colonialista, portanto, histórica, e não mais paciente ou escravizada.

## **ALGUMAS CONCLUSÕES**

Esperamos que este artigo possa instigar reflexões sobre a importância do ativismo negro no pensamento contra-hegemônico educacional brasileiro. A ambição maior é contribuir para que a história da educação brasileira refaça o caminho e legitime o povo afrodescendente como empreendedor de suas lutas e aspirações.

Reconstruir esta história passa pelo reconhecimento do papel dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro no combate ao racismo e as desigualdades sociais e educacionais que historicamente relegaram ao povo afro-descendente uma posição de paciente frente a estes fenômenos.

É importante contextualizar o papel histórico da Frente Negra, do Teatro Experimental do Negro e mais recentemente dos intelectuais negros e entidades culturais como o Ilê Aiyê na formulação de políticas públicas e práticas educacionais que visam garantir a potência da história e da cultura afro-brasileira no diálogo com outras culturas dentro e fora da escola.

A forma de atuação do movimento negro pode ser considerada divergente na medida em que amplia as categorias de análise, abrangendo raça, gênero e classe social, principalmente, e discutindo novos aportes como o direito à saúde, a educação e o lazer.

Enfim, compreender que o pensamento contra-hegemônico negro sempre esteve presente no enfrentamento de uma educação excludente e brancocêntrica promovida pelas pedagogias não críticas e que relegaram os saberes afro-brasileiros a duas posições extremas na educação brasileira: resistência ou acomodação.

Considerações desse tipo servem para suprimir a vilania engendrada pelas classes dominantes burguesas historicamente interessadas em forjar a democracia racial e o mito da mestiçagem. Ao rebuscar a história autorizando seus verdadeiros protagonistas, estaremos criando necessariamente uma nova história. É a história, segundo Gramsci “constitui ciência”.

As reflexões explicitadas neste trabalho advertem sobre o risco de perpetuação da normalidade com relação às diferentes identidades e culturas. Diante deste quadro sugerimos atenção para formas mais eficazes de tratar a questão étnico-racial e a epistemologia negra na escola. Como disse Gramsci (1981, p. 13), “[...] criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’” (nota IV). Reiteramos que é preciso, sobretudo, “[...] difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação de ordem intelectual e moral”.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Nádia. **Instituto Steve Biko: juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e agir comunicativo**. tradução de Guido A. de Almeida, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ILÊ AIYÊ, **O Projeto de Extensão Pedagógico**. Disponível em: <<http://www.ileiye.org.br/pep.htm>>. Acesso em: 17 out. 2008.

MOREIRA, Anália de Jesus. **A Cultura Corporal e a Lei n 10.639/03**:um estudo sobre os impactos da lei no ensino da Educação Física nas escolas de Salvador.Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador-Ba, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR. Editor Produtor, 2002.

CONCEIÇÃO, Jônatas; BARBOSA, Lindinalva (Org.). **Quilombo de palavras**:a literatura dos afro-descendentes 2 ed. ampl. Salvador:CEAO/UFBA,2000.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

ROMÃO, Jeruse. **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Educação para Todos, 2002.

SILVA, Ana Célia da, movimento negro brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial. **Revista FAEEBA, Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.11, n.17. p.139-151, jan./jun. 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.